

CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - DF

Estudo Técnico Preliminar 1/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 12600.000003/2025-20

2. Descrição da necessidade

2.1. Do Histórico da Contratação

A presente contratação refere-se à continuidade da prestação de serviços de chaveiro, essenciais à segurança, manutenção e funcionalidade das instalações físicas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e de órgãos vinculados ao Centro de Serviços Compartilhados (ColaboraGov). Trata-se de serviço de suporte administrativo que impacta diretamente na preservação do patrimônio público e na continuidade das atividades operacionais.

Atualmente, os serviços são executados com fundamento no Processo Administrativo nº 12600.127999/2019-71, cuja vigência expira em 31 de março de 2026. Diante da necessidade de adequação à nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), bem como da necessidade de revisão e aprimoramento do modelo contratual vigente, propõe-se a instauração de novo processo licitatório, de forma preventiva, visando à transição ordenada e à mitigação de riscos de descontinuidade da prestação do serviço.

2.2. Do Centro de Serviços Compartilhados (ColaboraGov)

A presente contratação insere-se no escopo do ColaboraGov, instituído pelo Decreto nº 11.837, de 21 de dezembro de 2023, que visa otimizar e padronizar serviços de suporte administrativo entre diversos órgãos da administração pública.

Nesse contexto, compete à Secretaria de Serviços Compartilhados (SSC/MGI), coordenar e executar ações de gestão de serviços compartilhados, visando otimizar a eficiência e reduzir custos na administração pública. Isso inclui a gestão de contratos, compras, logística e outras atividades administrativas para diversos órgãos e entidades, conforme disposto no art. 4º do referido decreto.

2.3. Contextualização da Necessidade

A contratação de serviços de chaveiro é imprescindível para assegurar a continuidade, a segurança patrimonial e a funcionalidade das instalações físicas do MGI e dos órgãos aderentes ao ColaboraGov. Os serviços abrangem a confecção de cópias, reparos, substituição de chaves e fechaduras, modelagens, abertura de portas em situações emergenciais, entre outros serviços correlatos.

Verifica-se que os quadros de pessoal dos órgãos atendidos não dispõem de servidores com atribuições compatíveis com a execução dessas atividades, que demandam capacitação técnica específica e disponibilidade em regime de plantão. Portanto, justifica-se a contratação de empresa especializada, com equipe qualificada e estrutura operacional adequada.

A experiência acumulada na vigência do contrato atual demonstrou que o modelo sob demanda atende satisfatoriamente às necessidades da Administração, promovendo economia e eficiência. Contudo, foram identificadas oportunidades de aprimoramento, especialmente quanto à agilidade no atendimento e cobertura de plantões. Assim, a nova contratação buscará consolidar as boas práticas observadas e corrigir os pontos críticos identificados.

Cabe destacar que, por se tratar de contratação sob demanda, o volume exato de serviços não é plenamente previsível, o que reforça a economicidade do modelo, ao evitar contratações desnecessárias e permitir maior racionalidade na execução do contrato. Os dados históricos apontam uma média mensal de aproximadamente 236 atendimentos.

Objetivos da contratação:

- Assegurar pronta resposta às solicitações emergenciais;
- Garantir manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de acesso;
- Minimizar riscos operacionais e patrimoniais;
- Preservar a continuidade das atividades administrativas e operacionais;

- Manter padrão de qualidade, eficiência e segurança na execução dos serviços.

Com esta contratação, busca-se assegurar a prestação ininterrupta e qualificada dos serviços de chaveiro, promovendo a funcionalidade das instalações e a segurança institucional, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

2.4. Classificação como Serviço de Natureza Contínua

Os serviços de chaveiro caracterizam-se como serviços de natureza contínua, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, por serem essenciais ao funcionamento ininterrupto da Administração e exigirem execução regular e permanente. Tal classificação também está em conformidade com o Decreto nº 9.507/2018 e com a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017, por se tratarem de atividades auxiliares, realizadas por execução indireta.

A ausência da contratação comprometeria a continuidade e a eficiência das atividades institucionais, além de representar risco à integridade do patrimônio público.

2.5. Enquadramento como Serviço Comum

Diante das características técnicas e operacionais do objeto, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo mercado, os serviços de chaveiro enquadram-se no conceito de serviços comuns, conforme o art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021.

Tal enquadramento permite a utilização de critérios objetivos para julgamento das propostas e favorece maior competitividade e transparência no processo licitatório.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Segurança e Controle - DISEC	Murilo Santiago Palmeira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Requisitos técnicos

A empresa contratada deverá comprovar experiência na execução de serviços de chaveiro, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) a realização de serviços similares aos descritos neste ETP, por período mínimo de 1 (um) ano.

A contratada deverá dispor de equipamentos adequados para a execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando a:

- Máquinas de corte e cópia de chaves mecânicas e codificadas;
- Ferramentas para abertura e manutenção de fechaduras;
- Equipamentos específicos para instalação e substituição de dispositivos de segurança.

Os materiais e peças utilizados deverão atender aos padrões de qualidade exigidos pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), especialmente em relação à segurança, durabilidade e compatibilidade com as instalações existentes.

O fornecimento e a instalação de fechaduras, travas, cadeados, cilindros e demais dispositivos de segurança deverão ser realizados conforme demanda apresentada pelos setores competentes do órgão.

Os materiais fornecidos deverão possuir qualidade técnica e desempenho compatíveis ou superiores aos observados nas seguintes marcas de referência: PADO, AROUCA, SOPRANO, ALIANÇA, STAM, PAPAIZ, LA FONTE, INTELBRAS, HDL, 3F, ou outras que atendam aos mesmos padrões técnicos. Todos os itens devem ser novos, de primeiro uso e entregues em suas embalagens originais.

Após a verificação da fiscalização, os materiais substituídos deverão ser descartados de forma ambientalmente adequada, em local destinado à reciclagem, conforme legislação vigente.

4.2. Requisitos funcionais

A contratada deverá emitir, mensalmente, relatórios técnicos referentes aos serviços prestados, contendo, no mínimo, a descrição detalhada das atividades executadas, a relação das peças substituídas e as respectivas justificativas técnicas.

Os registros de atendimento deverão ser mantidos atualizados, permitindo o controle e o monitoramento da prestação dos serviços pelo órgão contratante.

A empresa deverá manter canal de comunicação ativo (telefone e e-mail) para solicitações, acionamentos emergenciais e informações sobre a execução dos serviços.

4.3. Requisitos operacionais e legais

Os profissionais designados para a execução dos serviços deverão estar devidamente uniformizados e identificados, obedecendo às normas de segurança e controle de acesso vigentes no órgão.

A empresa deverá garantir o cumprimento das normas de segurança do trabalho, com fornecimento e uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) quando necessário.

É obrigação da empresa manter o sigilo das informações sensíveis e restritas, sendo vedada a reprodução, duplicação ou divulgação de qualquer chave ou dispositivo de segurança sem autorização expressa do órgão contratante.

Os serviços deverão ser prestados em todas as unidades ocupadas pelos órgãos participantes do programa ColaboraGov, localizadas no Distrito Federal.

A contratada deverá atender integralmente à legislação trabalhista, fiscal, previdenciária e demais normas pertinentes à atividade.

É vedada a subcontratação dos serviços objeto desta contratação.

4.4. Padrões mínimos de qualidade e desempenho

Todos os serviços prestados deverão estar em conformidade com as normas técnicas aplicáveis à atividade de chaveiro e segurança patrimonial.

Os insumos e materiais utilizados deverão possuir certificação de conformidade, quando houver, e apresentar padrão mínimo de qualidade, levando em conta aspectos como resistência, ergonomia, visibilidade, facilidade de uso, armazenagem e durabilidade frente às condições ambientais típicas do local de utilização.

A padronização dos insumos fornecidos contribuirá para maior eficiência e controle do serviço prestado, promovendo os princípios da economicidade, eficiência e melhoria contínua dos serviços públicos, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

4.5. Critérios e práticas de sustentabilidade

Conforme o disposto no art. 7º da Instrução Normativa nº 58, de 8 de agosto de 2022, o ETP deverá estar alinhado com o Plano de Contratações Anual e com o Plano Diretor de Logística Sustentável, devendo se observar para esta contratação de chaveiro, as diretrizes e critérios de sustentabilidade:

Materiais Sustentáveis: Priorizar o fornecimento de chaves, fechaduras e demais componentes confeccionados com materiais reciclados, reutilizáveis ou de menor impacto ambiental, sempre que disponíveis no mercado.

Embalagens Ecológicas: Exigir que os materiais sejam entregues em embalagens recicláveis, biodegradáveis ou reutilizáveis, reduzindo o uso de plásticos de uso único.

Eficiência Energética: Dar preferência a equipamentos utilizados no serviço (como máquinas de corte e gravação de chaves) que possuam selos de eficiência energética reconhecidos.

Gestão de Resíduos: Implementar boas práticas de descarte adequado de resíduos gerados na prestação do serviço, garantindo a reciclagem ou destinação final ambientalmente correta para limalhas de metal e outros resíduos.

Fornecedores Responsáveis: Priorizar a contratação de fornecedores que possuam certificações ambientais ou que comprovem a adoção de boas práticas de sustentabilidade.

Capacitação e Conscientização: Exigir que os prestadores do serviço sejam capacitados sobre práticas sustentáveis e o descarte adequado de materiais utilizados na execução do serviço.

Logística Sustentável: Sempre que possível, utilizar meios de transporte sustentáveis para a prestação do serviço, reduzindo emissão de gases poluentes.

Equipamentos Silenciosos: Preferir equipamentos que operem com menor emissão de ruídos, minimizando a poluição sonora e contribuindo para um ambiente de trabalho mais saudável.

4.6. Obrigações da contratada

Cumprir integralmente todas as obrigações estabelecidas no Edital, Termo de Referência, seus Anexos e na proposta apresentada, assumindo os riscos e despesas decorrentes da execução do objeto contratado.

Proceder à entrega dos serviços e materiais no prazo e local fixados, acompanhados das respectivas notas fiscais e demais documentos exigidos.

Arcar com todos os encargos previdenciários, fiscais, comerciais, trabalhistas, tributários, bem como despesas com embalagens, fretes, seguros, transporte, materiais, responsabilidade civil e outros resultantes do contrato, conforme definido no edital.

Indenizar terceiros e ao contratante por eventuais prejuízos ou danos decorrentes de dolo ou culpa durante a execução do contrato, em conformidade com o artigo 120 da Lei nº 14.133/2021.

Substituir, reparar ou corrigir quaisquer materiais ou serviços fornecidos que apresentem defeitos ou não atendam às especificações, no prazo estabelecido pela fiscalização do contrato.

Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação durante toda a vigência do contrato.

Prestar informações técnicas sobre os serviços executados e materiais utilizados, sempre que solicitado pelo contratante.

Prestar garantia dos materiais fornecidos, conforme especificado no Termo de Referência, incluindo manutenção e assistência técnica quando aplicável.

Informar prontamente qualquer alteração de endereço, telefone, e-mail ou outros dados cadastrais à secretaria requisitante durante a vigência do contrato.

Atender às solicitações de serviço no prazo máximo estipulado neste instrumento.

Realizar o descarte adequado de resíduos gerados na prestação dos serviços, em conformidade com as normas ambientais vigentes.

Além disso, o fornecedor será responsável pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). Caso sejam identificados materiais com defeito de fabricação, estes deverão ser substituídos, reparados ou corrigidos às expensas do fornecedor, no prazo que será fixado no Termo de Referência.

O fornecedor deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), atendendo prontamente a quaisquer reclamações.

Vistoria

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 17:00 horas.

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

O agendamento deve ser efetuado previamente pelo e-mail: disec.dal@gestao.gov.br.

Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme Anexo do Termo de Referência.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.7. Garantia Contratual

Nos termos dos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá exigir garantia para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais. Após análise técnica constante no Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que o objeto da contratação de serviços de chaveiro com fornecimento de peças sob demanda não apresenta riscos significativos de inadimplemento, por se tratar de serviço comum, de baixa complexidade técnica e valor compatível com práticas usuais de mercado. A exigência de garantia implicaria aumento de custos e redução da competitividade, sem trazer benefícios proporcionais à Administração. Assim, opta-se pela não exigência da garantia contratual, privilegiando a economicidade e a eficiência.

4.8. Vigência contratual

Conforme permitido pelo art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021, o contrato resultante deste planejamento será celebrado pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses prorrogáveis até o limite de 10 (dez) anos, pois refere-se a serviços contínuos – relacionados àqueles que servem à manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas –, observadas as diretrizes relacionadas ao artigo mencionado:

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

[...]

A vigência plurianual do contrato se mostra mais vantajosa por razões de economicidade, pois, além de permitir maior previsibilidade ao fornecedor por meio de contratos mais longos, promove um relacionamento de parceria e confiança entre as partes, ao mesmo tempo que reduz os custos processuais decorrentes de sucessivas renovações contratuais. Essa abordagem também possibilita a diluição de custos e economia de escala, resultando em

propostas mais vantajosas para a Administração Pública. Além disso, a contratação por mais de um exercício financeiro contribui para a ampliação da competitividade, pois gera maior estabilidade econômica, amortizando os investimentos realizados pelas licitantes.

Os serviços sob demanda de chaveiro é enquadrado como continuado, tendo em vista a necessidade permanente e prolongada da contratação, uma vez que sua interrupção comprometeria o funcionamento das rotinas administrativas do Ministério da Gestão e Inovação (MGI) e dos órgãos integrantes do ColaboraGov.

4.9. Participação de Consórcios

Será vedada a participação de empresas reunidas em consórcio nesta contratação, tendo em vista inicialmente que tal objeto não guarda consigo elevada complexidade de execução, sendo de fácil absorção pelo vasto mercado que atua neste tipo de contratação.

4.10. Participação de Cooperativas

Quanto à participação de cooperativas, deverá ser observado o art. 16 da Lei 14.133, de 2021 que estabelece:

art. 16º [...]. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Análise

Em atendimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021, bem como ao estabelecido na **Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022**, realizou-se levantamento de mercado com o objetivo de identificar as alternativas possíveis para a execução dos serviços de chaveiro, com fornecimento de peças, de forma continuada e sob demanda, visando atender às necessidades do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e dos órgãos partícipes do ColaboraGov.

O levantamento contemplou a análise de contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades públicas, por meio de consultas às seguintes bases oficiais:

- Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- Compras.gov.br;
- Portais da Transparência de diversos órgãos públicos.

A partir da pesquisa, foram identificadas as seguintes alternativas usualmente adotadas pela Administração Pública para atender à demanda de serviços de chaveiro:

a) Contratação de serviços contínuos com fornecimento de peças sob demanda

Trata-se da modalidade mais adotada pelos órgãos públicos, voltada à prestação regular dos serviços de chaveiro, com previsão contratual para o fornecimento de peças e componentes, como chaves, fechaduras, molas, cadeados, entre outros. Esse modelo permite o atendimento tanto de demandas programadas quanto emergenciais, assegurando agilidade, disponibilidade e continuidade do serviço.

Exemplos identificados:

- A Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC/DF) possui contratação vigente para serviços contínuos de chaveiro com fornecimento de materiais, mediante acionamento sob demanda.
- O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) também utilizam esse modelo para atendimento das suas unidades administrativas.

b) Utilização de Atas de Registro de Preços (ARP)

Alguns órgãos optam pela adesão a ARPs que contemplam serviços de chaveiro e fornecimento de peças. Essa alternativa é válida desde que haja compatibilidade técnica, operacional e geográfica, sendo mais indicada para atender demandas pontuais ou de menor frequência.

c) Contratação direta para demandas pontuais

Quando a necessidade ocorre de forma esporádica e em caráter emergencial, pode-se lançar mão da contratação direta, nos termos do **art. 75 da Lei nº 14.133/2021**, mediante justificativa técnica e desde que atendidos os requisitos legais, inclusive os limites financeiros aplicáveis à dispensa de licitação.

5.2. Conclusão do Levantamento de Mercado

Considerando a natureza recorrente, imprevisível e essencial das demandas relacionadas aos serviços de chaveiro no âmbito do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e dos órgãos partícipes do ColaboraGov, conclui-se que a contratação de serviços contínuos, com fornecimento de peças sob demanda, constitui-se na alternativa mais eficiente, econômica e adequada para a Administração.

Tal modelo assegura:

- Atendimento imediato e permanente às demandas do órgão;
- Maior previsibilidade, planejamento e controle dos custos envolvidos;
- Redução de riscos operacionais e administrativos;
- Atendimento aos princípios da eficiência, economicidade, razoabilidade, continuidade do serviço público e interesse público.

Por fim, ressalta-se que, durante o levantamento de mercado, não foram identificadas restrições que comprometam a competitividade do certame. Caso haja, no decorrer do processo, indícios de restrição no número de fornecedores, serão revisados os requisitos técnicos e operacionais, buscando sua flexibilização, nos termos do **§ 1º do art. 9º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022**, de forma a garantir ampla concorrência e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de chaveiro com fornecimento de peças de forma contínua, sob demanda, de acordo com as necessidades do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e dos órgãos integrantes do Centro de Serviços Compartilhados (ColaboraGov).

Os serviços serão executados durante o horário de funcionamento deste Ministério, de segunda a sexta-feira, das 8h às 21h, mediante emissão de Ordem de Serviço (OS) pela fiscalização técnica do contrato, sempre que houver necessidade.

O prazo máximo para realização dos serviços será de até 72 (setenta e duas) horas úteis para atendimentos regulares. Para situações classificadas como emergenciais, devidamente justificadas pela fiscalização técnica, o atendimento deverá ocorrer no prazo máximo de 3 (três) horas úteis, contadas a partir do recebimento da solicitação.

A execução dos serviços deverá observar integralmente as normas técnicas aplicáveis, bem como as exigências relativas à segurança, medicina e saúde do trabalho, conforme a legislação vigente, empregando ferramentas, equipamentos e técnicas adequadas.

Todos os custos necessários para a plena execução dos serviços, tais como: mão de obra, materiais, ferramentas, equipamentos, deslocamento e transporte, serão de responsabilidade exclusiva da contratada, não cabendo qualquer ônus adicional ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

A contratada também será integralmente responsável pelos vícios, defeitos e danos decorrentes da execução dos serviços, em conformidade com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como com o disposto no art. 117, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a responsabilidade pelos riscos inerentes à atividade desempenhada. Na hipótese de serem constatados defeitos, falhas ou vícios nos materiais, ou serviços prestados, caberá à contratada proceder, às suas expensas, com a substituição, reparo ou correção, no prazo que será definido no Termo de Referência.

As Ordens de Serviço (OS) serão encaminhadas por meio eletrônico (e-mail), sendo obrigatória a confirmação de recebimento por telefone ou outro meio de comunicação previamente acordado. O controle dos prazos e da execução dos serviços será realizado pela fiscalização do contrato, por meio de formulário específico e registros documentais.

O recebimento dos serviços seguirá o disposto no art. 144 da Lei nº 14.133/2021, ocorrendo em duas etapas:

- Recebimento Provisório: até 10 (dez) dias úteis após a conclusão dos serviços, para verificação da conformidade com as especificações técnicas, quantitativas e qualitativas previstas no Termo de Referência.
- Recebimento Definitivo: até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório, desde que não haja pendências a serem sanadas.

Caso a Administração não realize a verificação no prazo estipulado, o recebimento será considerado automaticamente realizado ao término do respectivo prazo. O recebimento provisório ou definitivo não exime a contratada das responsabilidades civis, administrativas ou legais decorrentes da má execução dos serviços.

Para garantir transparência e economicidade, deverá ser apresentada planilha de custos e formação de preços, contendo os preços unitários e totais dos serviços, nos moldes do modelo que será estabelecido no Termo de Referência. Os preços deverão ser compostos considerando todos os custos diretos e indiretos necessários para a execução do objeto, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, taxas, deslocamentos, fretes, materiais e quaisquer outras despesas incidentes.

A solução adotada justifica-se técnica e economicamente por assegurar a continuidade dos serviços essenciais ao funcionamento do Ministério, garantindo atendimento tempestivo às demandas operacionais, redução de riscos operacionais e padronização na execução dos serviços, em conformidade com os princípios da eficiência, da economicidade e da gestão por resultados previstos na Lei nº 14.133/2021.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Estimativa dos Quantitativos

Os quantitativos foram estimados com base na análise da contratação anterior, especialmente os constantes no Processo SEI nº 12600.127999/2019–71, bem como na verificação das demandas atuais junto aos setores requisitantes, incluindo os órgãos aderentes ao ColaboraGov.

Para tanto, foram considerados, a princípio, os seguintes pontos:

- O histórico de consumo dos serviços;
- Quantidade de órgãos atendidos e a dinâmica do Colaboragov.

O histórico de consumo dos serviços

Para a elaboração da estimativa de consumo, foram considerados os dados do período compreendido entre janeiro de 2023 e dezembro de 2025, por constituírem série histórica suficiente para a identificação do padrão de consumo dos serviços, sendo as estimativas fundamentadas no histórico de execução do contrato vigente, a partir das Ordens de Serviço (OS) emitidas.

Essa estratificação confere maior fidedignidade à projeção da demanda, na medida em que reflete o comportamento efetivo de utilização dos serviços, conforme evidenciado na tabela de Consolidação das Ordens de Serviço (OS) abaixo:

Tabela de Consolidação das Ordens de Serviço (OS)

Órgão	Nº de Ordens de Serviço	Valor executado (R\$)
Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos – MGI	566	R\$ 122.211,00
Ministério da Previdência Social – MPS	34	R\$ 4.933,00
Ministério da Fazenda – MF	80	R\$ 12.360,00
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC	44	R\$ 7.590,00
Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO	28	R\$ 11.957,00
Ministério das Mulheres – MM	4	R\$ 1.870,00
Ministério dos Povos Indígenas – MPI	19	R\$ 16.976,00
Ministério da Igualdade Racial – MIR	7	R\$ 1.060,00

Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - MEMP	7	R\$ 2.530,00
Total	789	R\$ 181.487,00

Quantidade de órgão atendidos e a dinâmica do Colaboragov

Consulta de Interesse - Emissão de Documento de Formalização da Demanda (DFD)

O quadro a seguir consolida as manifestações dos órgãos integrantes do arranjo colaborativo quanto à emissão do Documento de Formalização da Demanda (DFD), instrumento essencial para subsidiar o planejamento da contratação:

Consulta de Interesse (Contratação de Serviços de Chaveiro)			
Item	Nº. Processo	Destinatário	Emitiu DFD
1	12600.000971/2026-17	MTUR	Não (não tem interesse)
2	12600.000976/2026-40	MDIC	Sim (DFD 3/2026)
3	12600.000982/2026-05	MPOR	Não (não tem interesse)
4	12600.000981/2026-52	MEMP	Sim (DFD 42/2026)
5	12600.000980/2026-16	MIR	Sim (DFD 14/2026)
6	12600.000978/2026-39	MPO	Sim (DFD 42/2026)
7	12600.000983/2026-41	MPS	Sim (DFD 45/2026)
8	12600.000977/2026-94	MMULHERES	Sim (DFD 51/2026)
9	12600.000975/2026-03	MF	Sim (DFD 23/2025)
10	12600.000974/2026-51	MESP	Sim (DFD 09/2026)
11	12600.000972/2026-61	MPI	Sim (DFD 58/2026)
12	12600.000973/2026-14	MDHC	Sim (DFD 18/2026)
13	12600.000003/2025-20	MGI	Sim (DFD 23/2025)

Dessa forma, verifica-se a adesão da maioria dos órgãos consultados quanto à formalização da demanda, o que deve ser considerado no prosseguimento do planejamento da contratação, especialmente no que se refere à definição do quantitativo estimado.

Ressalta-se, ainda, que apenas dois órgãos não manifestaram interesse em participar da contratação. Nesse sentido, a estimativa de quantitativos foi parametrizada não apenas para atender os órgãos já atendidos, mas também estruturada para atender os novos que manifestaram interesse.

Além disso, há ainda a possibilidade de inclusão de novos órgãos no Colaboragov, posteriormente, durante a vigência contratual, tendo em vista a dinâmica do projeto.

Conclusão da Estimativa

Com fundamento na análise do histórico de consumo da contratação vigente e na quantidade de órgãos atendidos, foram definidos os quantitativos estimados constantes deste Estudo Técnico Preliminar, tendo sido, a partir dessa mesma base histórica, promovidos os ajustes necessários para assegurar maior aderência entre as estimativas projetadas ao longo da execução contratual, ajustando os seguintes pontos:

- adequação dos quantitativos à média de consumo observada;
- inclusão de serviços não previstos inicialmente, mas identificados como necessários na execução do contrato;
- previsão de margem de segurança para variações de demanda;
- consideração da possibilidade de inclusão de novos órgãos no ColaboraGov.

As estimativas foram detalhadas em lote único (CATSER 5436), contemplando os diversos serviços de chaveiro sob demanda, conforme quadro consolidado de itens e quantitativos estimados para o período de 3 (três) anos, conforme apresentado a seguir:

LOTE ÚNICO			
Item	Descrição/Especificação	Unidade de Fornecimento	Quantidade Estimada (por 3 anos)
1	Abertura de cadeado	Un.	15
2	Abertura de cofre digital	Un.	15
3	Abertura de fechadura de gaveteiro	Un.	900
4	Abertura de fechadura de armário	Un.	150
5	Abertura de Fechadura de porta simples	Un.	600
6	Abertura de fechadura tetra	Un.	15
7	Abertura de porta de veículo automotor	Un.	15
8	Abertura forçada de cofre (Chave/Segredo)	Un.	15
9	Conserto de cofre digital	Un.	15
10	Conserto de cofre mecânico	Un.	15
11	Conserto de fechadura gaveteiro	Un.	330
12	Conserto de fechadura de armário	Un.	18
13	Conserto de fechadura porta de veículo automotor	Un.	15
14	Conserto de fechadura de porta simples	Un.	450

15	Conserto de fechadura tetra	Un.	15
16	Cópia de chave codificada veículo automotor	Un.	15
17	Cópia de chave cofre mecânico	Un.	15
18	Cópia de chave tetra	Un.	105
19	Cópia de chave simples	Un.	8100
20	Extração de chave quebrada	Un.	450
21	Fornecimento e Instalação de fechadura de armário	Un.	300
22	Fornecimento e Instalação de fechadura de gaveteiro	Un.	900
23	Fornecimento e Instalação de fechadura Tetra	Un.	90
24	Fornecimento e Instalação de Sistema Completo de Tranca Eletrônica com Controle Remoto (Kit Fechadura Elétrica)	Un.	30
25	Fornecimento de cadeado, 40mm	Un.	120
26	Fornecimento de cadeado, 50 mm	Un.	120
27	Fornecimento de cadeado, chave tipo tetra, 50mm	Un.	60
28	Fornecimento e Instalação (codificação) de Controle Remoto de Tranca Eletrônica de Porta	Un.	60
29	Fornecimento e Instalação fechadura comum para porta	Un.	150
30	Modelagem de Chave Cofre Mecânico	Un.	15
31	Modelagem de Chave para Gaveteiro	Un.	1200
32	Modelagem de Chave Simples para Cadeado	Un.	15
33	Modelagem de Chave para Veículo Automotor	Un.	15
34	Modelagem de Chave para Armário	Un.	390
35	Modelagem de Chave Simples para Porta	Un.	525
36	Modelagem de Chave Tetra	Un.	9

37	Troca Segredo Fechadura de Armário	Un.	75
38	Troca Segredo Fechadura de Cofre Mecânico	Un.	9
39	Troca Segredo Fechadura de Gaveteiro	Un.	120
40	Troca Segredo Fechadura de Porta	Un.	279
41	Troca Segredo Fechadura Tetra	Un.	6
42	Troca de Segredo Senha Cofre Digital	Un.	15
43	Fornecimento/Instalação de Ferrolho para Móveis	Un.	60
44	Cópia de Chave Codificada Pantográfica	Un.	15
45	Conserto acionador de Fechadura Elétrica	Un.	15
46	Conserto de Fecho Magnético de Fechadura Elétrica	Un.	15
47	Fornecimento de bateria de pilha para controle de portão tipo 12v, composição alcalina	Un.	30
48	Fornecimento e Instalação de Claviculario (porta chaves) com capacidade para 60 chaves; em chapa de aço, com pintura eletrostática, na cor cinza: porta com fechadura e 02 cópias, com furos para fixação; ganchos de aço para chaveiros, com dimensões aproximadas: altura 40 cm, largura 30 cm e profundidade 6 cm. As medidas e a capacidade poderão sofrer variação de mais ou menos 10% (dez por cento)	Un.	90
49	Fornecimento e Instalação de Claviculario (porta chaves) com capacidade para 20 chaves; em chapa de aço, com pintura eletrostática, na cor cinza: porta com fechadura e 02 cópias, com furos para fixação; ganchos de aço para chaveiros, com dimensões aproximadas: altura 20 cm, largura 20 cm e profundidade 6 cm. As medidas e a capacidade poderão sofrer variação de mais ou menos 10% (dez por cento)	Un.	60
50	Fornecimento e instalação de kit fechadura eletroímã com controle, sem fio	Un.	15
51	Fornecimento e instalação de KIT Fechadura eletroímã com botoeira e 02 controle remoto, sem fio.	Un.	15
52	Fornecimento e instalação de Fechadura eletroímã com botoeira, para porta de Blindex (Vidro/Vidro), acabamento cromado, para abertura de 8mm a10mm	Un.	30
53	Desinstalação e instalação (remanejamento) de fechadura com tranca eletrônica	Un.	30

54	Fornecimento e instalação de fechadura para gaveteiro de 5 gavetas múltipla barra 100 cm tranca lateral	Un.	120
55	Fornecimento e instalação de fechadura para gaveteiro de 3 gavetas múltipla barra 50 cm tranca lateral	Un.	120

Diante do exposto, considera-se pertinente a estimativa apresentada no quadro acima, bem como necessária a inclusão de novos serviços (itens 48 a 55), uma vez que a análise técnica e operacional evidenciou lacunas no instrumento contratual vigente, além da existência de demandas reprimidas e de manifestações recorrentes das unidades requisitantes ao longo da execução contratual, as quais indicam a necessidade de incorporação de soluções complementares voltadas ao aprimoramento dos serviços, da segurança patrimonial e do controle de acesso.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 648.821,00

O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 648.821,10 (seiscentos e quarenta e oito mil, oitocentos e vinte e um reais e dez centavos)**.

A definição deste valor baseou-se nos procedimentos metodológicos consolidados na **Nota Técnica SEI nº 1816/2026/MGI**, elaborada pela Coordenação de Pesquisa de Preços (COPEP/MGI), em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e a **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021**, utilizando-se os seguintes parâmetros de pesquisa de forma combinada:

- Consultas aos Sistemas Oficiais:** Priorização de preços constantes no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme art. 5º, inciso I e II da IN 65/2021;
- Mídia Especializada:** Consulta a sítios eletrônicos especializados e de domínio amplo (ex: grandes varejistas e lojas do ramo), conforme art. 5º, inciso III da IN 65/2021, para itens sem registros compatíveis nos sistemas oficiais;
- Pesquisa Direta com Fornecedores:** Solicitação formal de cotação a empresas do ramo, visando ampliar a robustez da amostra, conforme art. 5º, inciso IV da IN 65/2021.

Metodologia de Cálculo

Para a obtenção do preço de referência, foram aplicados os métodos estatísticos previstos no art. 6º da IN SEGES/ME nº 65/2021. Foi realizada a análise crítica dos preços coletados, com o saneamento da amostra através do Coeficiente de Variação (CV). Utilizou-se a **média** para conjuntos de dados homogêneos ($CV \leq 25\%$) e a **mediana** para conjuntos heterogêneos ($CV > 25\%$), garantindo que o valor estimado reflita com precisão a realidade de mercado e mitigue riscos de sobrepreço.

O detalhamento dos cálculos e as memórias da pesquisa de preços constam na Planilha de Pesquisa de Preços (SEI nº 57121975) e na referida Nota Técnica anexas ao processo.

A Equipe de Planejamento analisou a metodologia apresentada na Nota Técnica SEI nº 1816/2026/MGI e a considera adequada e aderente às características do mercado e às necessidades da Administração, validando os parâmetros de pesquisa utilizados.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Justificativa para o Não Parcelamento da Solução

A solução proposta contempla a contratação em lote único, com critério de julgamento pelo menor preço unitário, tendo em vista a natureza homogênea dos serviços e a forma como são usualmente ofertados pelo mercado. Essa modelagem assegura o atendimento eficiente da demanda, com padronização na execução dos serviços, maior controle contratual e racionalização administrativa e operacional.

Nos termos do art. 40, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto constitui regra nas contratações públicas, devendo ser adotado sempre que técnica e economicamente viável. Ademais, conforme disposto na Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), a divisão do objeto não deve comprometer a economia de escala, nem resultar em perda de eficiência ou na elevação de custos para a Administração.

No presente caso, o parcelamento foi devidamente analisado, porém, não se revelou viável. A fragmentação do objeto poderia tornar alguns itens pouco atrativos ao mercado, devido aos valores reduzidos, elevando o risco de licitação deserta ou frustrada, bem como a apresentação de propostas com preços superiores aos que seriam obtidos em uma contratação unificada. Além disso, os serviços são técnica e operacionalmente interdependentes, sendo executados, via de regra, por empresas da mesma especialidade, o que reforça a adoção de lote único.

Ainda, eventual divisão do objeto demandaria maior esforço administrativo, com incremento das atividades de gestão, fiscalização e controle de múltiplos contratos para serviços de natureza similar, o que comprometeria a economicidade, a eficiência e a eficácia na execução contratual, em descompasso com os princípios que regem a Administração Pública.

Conforme pesquisa de mercado realizada, constatou-se que os fornecedores atuam de forma integrada, sendo prática comum a prestação dos serviços de forma unificada, especialmente por empresas especializadas que ofertam soluções completas. Dessa forma, a vantajosidade econômica para a Administração reside na contratação do objeto em sua totalidade, o que permite a obtenção de preços mais competitivos, decorrentes da economia de escala, além de proporcionar padronização na execução e maior efetividade no controle dos serviços contratados.

Diante do exposto, a solução recomendada é a contratação dos serviços de chaveiro em lote único, por empresa especializada, garantindo o atendimento integral da demanda da unidade, com otimização dos recursos públicos, padronização da execução contratual e aprimoramento do controle e da fiscalização dos serviços prestados.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Interdependência com outras contratações

A presente contratação possui caráter autônomo, não estando vinculada a outros contratos ou processos licitatórios para a plena consecução de seu objeto. Não há necessidade de contratações complementares, correlatas ou acessórias para que sejam atendidos os objetivos pretendidos, sendo esta suficiente para satisfazer a demanda da Administração.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2025 do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), conforme demanda registrada no DFD nº 23/2025, constante do processo SEI nº 48233185.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Como resultado da contratação deste serviço espera-se a garantia da manutenção das diversas portas, fechaduras e chaves que podem apresentar problemas de funcionamento, desgastes ou outros defeitos durante o uso normal; garantir a segurança no que se refere a guarda de documentos e materiais de interesse do órgão, que requerem trancas em portas, armários, gavetas, entre outros serviços correlatos; e manter o bom andamento do serviço administrativo desenvolvido nas instalações dos edifícios do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI e unidades dos ministérios integrantes ao ColaboraGov.

A prestação de serviços visa também alcançar diversos resultados estratégicos e operacionais para a administração pública. Entre os principais objetivos estão em assegurar serviços eficientes e ágeis, reduzir custos e otimizar recursos financeiros, promover práticas sustentáveis e responsáveis, cumprir com a Lei 14.133, de 2021, garantindo transparência e conformidade legal, melhorar a gestão de patrimônio público.

Prestação de serviços de forma satisfatória pelo período de execução do termo contratual.

13. Possíveis Impactos Ambientais

A empresa contratada deverá observar as disposições da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, que trata dos critérios de sustentabilidade ambiental a serem aplicados durante a execução dos serviços, de forma a assegurar a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais.

Os bens utilizados na execução dos serviços não deverão conter substâncias perigosas em concentrações superiores às permitidas pela **Diretiva RoHS** (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como:

- Mercúrio (Hg),
- Chumbo (Pb),
- Cromo hexavalente (Cr VI),
- Cádmio (Cd),
- Difenilpolibromados (PBDEs).

Durante a execução contratual, deverão ser observadas também as orientações constantes do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 7ª Edição, Revista Atualizada e Ampliada**, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade da AGU, disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis-2024.pdf>, especialmente no que se refere às seguintes diretrizes:

- a) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas;
- b) Substituir, sempre que possível, as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e segurança do trabalho, conforme a legislação vigente;
- d) Realizar a separação dos resíduos recicláveis oriundos da prestação dos serviços em parceria com a Contratante, conforme os dispositivos legais, em especial o Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022.

14. Providências a serem Adotadas

Quanto à adequação do ambiente do órgão, não foram constatadas necessidades de modificações ou adaptações para os serviços de chaveiro. Portanto, o atendimento das necessidades se dará de acordo com as edificações e ambientes já consolidados neste estudo.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Por todo exposto nesse ETP, entendemos ser viável a contratação dos serviços em tela. Considera-se que, para estes serviços, a quantidade de fornecedores não é restrita, uma vez que os pré-requisitos exigidos, inclusive a relação dos materiais, equipamentos solicitados, não limita a participação de vários fornecedores.

Diante do exposto, a contratação do serviço de chaveiro é técnica e economicamente viável e não representa perda de economia de escala, com vistas à maior competitividade.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MURILO SANTIAGO PALMEIRA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 16:16:21.

HENIO DA SILVA CANDIDO

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 16:04:25.

GUILHERME SOUTO DA CUNHA LEITE ARAUJO

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 16:07:00.

ANTONIO ADAO MESQUITA VALERO

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 16:23:05.